



Educação Ambiental no/do IF Baiano *campus* Serrinha: realidade, desafios e proposições

Ariana Reis Messias Fernandes de Oliveira^{1*} , Maria Auxiliadora Freitas dos Santos² , Leilane Rodrigues Oliveira³ , Maiele Almeida Melo⁴ , Rudmily dos Anjos Oliveira⁵ 

RESUMO

A Educação Ambiental (EA) é Lei no Brasil desde o ano de 1999. Essa lei estabelece que a EA seja trabalhada em caráter interdisciplinar e em todas as modalidades de ensino. Diante disso, o objetivo deste projeto consistiu em analisar como a EA tem sido abordada no IF Baiano – *campus* Serrinha. Inicialmente, entre outubro e dezembro de 2024, foi realizado um levantamento dos projetos do IF Baiano cadastrados nas Coordenações de Pesquisa, Ensino e Extensão, com o intuito de analisar se essas ações têm abordado a Educação Ambiental. Posteriormente foi aplicado um questionário com perguntas fechadas, para os discentes com representantes de várias modalidades de ensino, para entender a percepção destes estudantes acerca da EA. A EA no IF Baiano – *campus* Serrinha – é bastante trabalhada nos Projetos de Pesquisa e Extensão; no ensino, ela é abordada em muitos componentes curriculares, principalmente da área técnica, no entanto, de forma isolada. O Projeto Político Pedagógico da Instituição traz poucas contribuições, em relação à EA, mesmo havendo, no instituto, uma Política de Gestão de Resíduos Sólidos e Educação Ambiental, que dispõe sobre essa temática. Propõe-se que seja realizada, anualmente, a “Campanha Junho Verde” no IF Baiano – *campus* Serrinha, na qual sejam discutidas temáticas relacionadas à EA de forma multi, trans ou interdisciplinar, assim como uma revisão e adequação do PPP do *campus*, de modo a trazer mais fortemente a EA para discussão.

Palavras-chave: Ensino, Educação formal, Formação crítica ambiental.

Environmental Education in the IF Baiano Serrinha *campus*: reality, challenges and proposals

ABSTRACT

Environmental education has been law in Brazil since 1999. This law establishes that environmental education (EE) should be taught in an interdisciplinary manner and in all types of education. Given this, the objective of this project was to analyze how environmental education has been approached at the IF Baiano Serrinha *campus*. Initially, between October and December 2024, a survey was conducted of IF Baiano projects registered with the Research, Teaching, and Extension Coordinators, with the aim of analyzing whether these actions have addressed environmental education. Subsequently, a questionnaire with closed questions was administered to students representing various types of education to understand their perception of EE. Environmental education at the IF Baiano Serrinha *campus* is extensively addressed in Research and Extension Projects; in teaching, it is addressed in many curricular components, mainly in the technical area, but in an isolated manner. The institution's Pedagogical Policy Project makes few contributions to EE, even though the Institute has a Solid Waste Management and Environmental Education Policy that addresses this issue. It is proposed that the “Green June Campaign” be held annually at the IF Baiano Serrinha *campus*, in which topics related to multi, trans, or

¹ Doutora em Recursos Genéticos Vegetais (UEFS), Mestre em Produção Vegetal (UESC), Especialista em docência da Educação Ambiental, Engenharia Agrônoma (UFRB), docente EBTT do IF Baiano *campus* Serrinha. Serrinha, Bahia, Brasil.

* Autora correspondente: rylreis@gmail.com.

² Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFPE), Mestre em Engenharia Civil e Ambiental, Bióloga (UEFS) e docente EBTT do IF Baiano, *Campus* Serrinha. Serrinha, Bahia, Brasil.

³ Estudante de Graduação de Tecnologia em Gestão de Cooperativas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *campus* Serrinha. Serrinha, Bahia, Brasil.

⁴ Estudante de Graduação de Tecnologia em Gestão de Cooperativas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *campus* Serrinha. Serrinha, Bahia, Brasil.

⁵ Estudante de Graduação de Tecnologia em Gestão de Cooperativas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *campus* Serrinha. Serrinha, Bahia, Brasil.



interdisciplinary education are discussed, as well as a review and adaptation of the campus's PPP, bringing EA more strongly into the discussion.

Keywords: Teaching, Formal education, Critical environmental education.

Educación Ambiental en/del IF Baiano *campus* Serrinha: realidad, desafíos y propuestas

RESUMEN

La Educación Ambiental (EA) es ley en Brasil desde el año 1999. Dicha ley establece que la EA debe trabajarse de manera interdisciplinaria y en todas las modalidades de enseñanza. Ante ello, el objetivo de este proyecto fue analizar cómo la EA ha sido abordada en el IF Baiano – *campus* Serrinha. Inicialmente, entre octubre y diciembre de 2024, se realizó un relevamiento de los proyectos del IF Baiano registrados en las Coordinaciones de Investigación, Enseñanza y Extensión, con el fin de analizar si dichas acciones han abordado la Educación Ambiental. Posteriormente, se aplicó un cuestionario con preguntas cerradas a estudiantes representantes de diversas modalidades de enseñanza, con el objetivo de comprender la percepción de estos estudiantes acerca de la EA. La EA en el IF Baiano – *campus* Serrinha – se trabaja ampliamente en los Proyectos de Investigación y Extensión; en la enseñanza, se aborda en muchos componentes curriculares, principalmente del área técnica, aunque de forma aislada. El Proyecto Político Pedagógico de la Institución presenta pocas contribuciones en relación con la EA, aun existiendo en el instituto una Política de Gestión de Residuos Sólidos y Educación Ambiental que trata esta temática. Se propone que se realice anualmente la “Campaña Junio Verde” en el IF Baiano – *campus* Serrinha, en la cual se discutan temáticas relacionadas con la EA de manera multi-, trans- o interdisciplinaria, así como una revisión y adecuación del PPP del *campus*, de modo que incorpore de forma más sólida la EA en el debate.

Palabras clave: Enseñanza, Educación formal, Formación crítica ambiental.

INTRODUÇÃO

A EA é um processo educativo que visa promover a construção de valores sociais, conhecimentos e atitudes dos indivíduos, em coletividade, voltados à conservação do meio ambiente (BRASIL, 1999), a partir da sensibilização e da conscientização crítica sobre as questões socioambientais, incentivando o engajamento ativo nas problemáticas enfrentadas no meio em que se vive, em busca da preservação do equilíbrio da natureza. Segundo Correia e Poletto (2020, p. 2), “por mais que muitos compreendam a EA como um tema recente, os princípios ambientais surgiram há muitos anos, desde que o ser humano iniciava os cultivos no solo como forma de subsistência”; no entanto, no decorrer do tempo, com o advento das revoluções industriais e a consolidação do capitalismo predatório, desenvolveu-se um pensamento que considera o meio ambiente apenas como um recurso a ser explorado para ganho econômico, e essa atitude tem conduzido a sociedade ao colapso ambiental vivenciado nos dias atuais. Nesse cenário, torna-se crucial intensificar as ações de EA, para que seus princípios permaneçam enraizados na sociedade, de forma que contribuam continuamente para o desenvolvimento de um coletivo crítico e responsável diante das relações entre sociedade e natureza.

A EA é fundamental para estreitar os laços entre o indivíduo e o ambiente em que vive, levando-o a reconhecer-se como integrante do ecossistema. Isso contribui para superar a visão antropocêntrica em suas interações com a natureza, promovendo uma consciência de interdependência e responsabilidade ambiental, na qual o bem-estar humano está





intrinsecamente ligado ao equilíbrio e à preservação do meio ambiente e dos demais seres que o compõem.

Nesse contexto, o espaço educacional, como local no qual a consciência e a cidadania do indivíduo são construídas, apresenta-se como um ambiente essencial para difundir socialmente os princípios da EA de maneira integrada ao cotidiano e à realidade dos sujeitos, promovendo, assim, a transformação do meio social. Portanto, como afirma Mota, Carvalho e Melo (2018):

Faz-se necessário promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente, despertando os educandos e toda a sociedade para o reconhecimento da problemática ambiental que estamos vivenciando na contemporaneidade, assim como preparar os estudantes para o exercício do seu papel de cidadão crítico em ações e discussões que dizem respeito ao meio ambiente (Mota; Carvalho; Melo, 2018, p. 3).

Dessa forma, a EA pode e deve ser promovida pelas instituições de ensino público, a fim de que os estudantes adquiram uma formação ambiental crítica e contextualizada e possam auxiliar na transformação social e ambiental da realidade local.

Sancionada em 27 de abril de 1999, a Lei Federal nº 9.795 tornou vigente a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (Brasil, 1999), e a partir dela a EA passou a ser reconhecida como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. O regulamento atribui às instituições educativas a promoção da educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem. Dessa forma, prevê-se que sejam desenvolvidos no ambiente de ensino: estudos, pesquisas e experimentações que busquem elaborar conhecimento sobre os problemas ambientais, bem como desenvolver ações ativas para a transformação desses cenários, além da produção e divulgação de material educativo com o objetivo de democratizar as informações ambientais, a fim de estimular a construção da consciência crítica ambiental entre os educandos, em interação com a comunidade.

Nesse sentido, a lei citada prevê que sejam desenvolvidos no ambiente de ensino estudos, pesquisas e experimentações que busquem elaborar conhecimento sobre os problemas ambientais, bem como desenvolver ações ativas para a transformação desses cenários, além da produção e divulgação de material educativo com o objetivo de democratizar as informações ambientais, a fim de estimular a construção da consciência crítica ambiental entre os educandos em interação com a comunidade.





Existe também a Lei nº 14.393/2022, que institui a Campanha Junho Verde, a qual visa à conscientização ambiental, como parte das atividades da educação ambiental não formal e é realizada no mês de junho, período em que é também celebrado o Dia Mundial do Meio Ambiente (BRASIL, 2022).

No entanto, embora haja políticas públicas que busquem fortalecer o fomento à EA nos currículos escolares, é importante reconhecer que leis, decretos e atos normativos não necessariamente promovem uma ação efetiva que contribua para a discussão sobre o tema no ensino formal, visto que muitas instituições não internalizam o significado e o valor da EA, negligenciando sua implementação (Mota; Carvalho; Melo, 2018). Em vista disso, torna-se significativo investigar se as propostas curriculares e as ações educacionais têm incorporado a EA, e como ela tem sido abordada e praticada no espaço escolar.

Como destaca Costa *et al.* (2024), “os Institutos Federais (IF) foram criados pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que os definiu como entidades de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi”, as quais, segundo os autores, devem prezar pelo “desenvolvimento de tecnologia para preservação do meio ambiente como algo que deve compor as diretrizes dos institutos”.

Além disso, a interface entre o ensino, a pesquisa e a extensão é um dos fundamentos legais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (2014); esses três pilares podem também estar relacionados à EA, pois, em seu artigo segundo, a Lei nº 9.795, de 1999, define que “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”, e que compete “às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem.”

Conforme Carvalho (2010), urge a necessidade de abordar as políticas públicas de Educação Ambiental em ações que considerem o contexto das políticas públicas educacionais. O que permite a institucionalização entre estas duas áreas.

O monitoramento e a avaliação das políticas públicas que envolvem a EA também consistem em um desafio que necessita de articulação e diálogo entre as diferenças existentes que envolvem a sinergia entre as pessoas envolvidas, conhecimentos, comunicação e informação (Raymundo *et al.*, 2017).

Dessa forma, o objetivo deste projeto consistiu em analisar como a EA tem sido abordada no IF Baiano – *campus* Serrinha, buscando entender os principais desafios





enfrentados e promover a discussão sobre a importância de a EA ser desenvolvida na instituição.

METODOLOGIA

A presente pesquisa possui abordagem qualitativa, que, segundo Guerra *et al.* (2024), é importante para a investigação científica, pois se concentra na compreensão profunda e na interpretação dos fenômenos estudados. Como procedimento de coleta de dados, foi utilizada a análise documental, conceituada como um “procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009, p. 5). Os documentos tabulados e analisados foram projetos de ensino, pesquisa e extensão, cadastrados nas respectivas coordenações, além do Projeto Político Pedagógico do IF Baiano (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO, 2014). A análise consiste na obtenção de informações significativas que possibilitam a elucidação do objeto de estudo e contribuem, assim, para a solução dos problemas de estudo propostos.

Foi realizada uma leitura dos resumos dos projetos, buscando identificar sua relação com a EA (seja no título, nos objetivos e/ou nas palavras-chave). Foram analisados somente projetos cadastrados nas coordenações, desde 2016 até 2024.

Antes da coleta e da análise de dados, foi realizada uma apresentação do projeto para a gestão do campus, explicitando as ações a serem realizadas.

Além dos projetos analisados, foi enviado aos estudantes um link do questionário no *Google Forms*, com as seguintes perguntas relacionadas à sua percepção sobre o meio ambiente e a EA. Os resultados foram tabulados e analisados por meio de estatística descritiva. Após a análise, os resultados foram apresentados para a gestão do campus.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A interface entre o ensino, a pesquisa e a extensão é um dos fundamentos legais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (2014); esses três pilares podem também estar relacionados à EA, pois em seu artigo segundo, a Lei nº 9.795, de 1999, define que “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”, e que compete “às instituições educativas promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem.”

Em relação aos Projetos de Ensino, houve uma dificuldade na análise, pois muitos deles não estavam cadastrados na coordenação de ensino do campus Serrinha. Aqueles que estavam

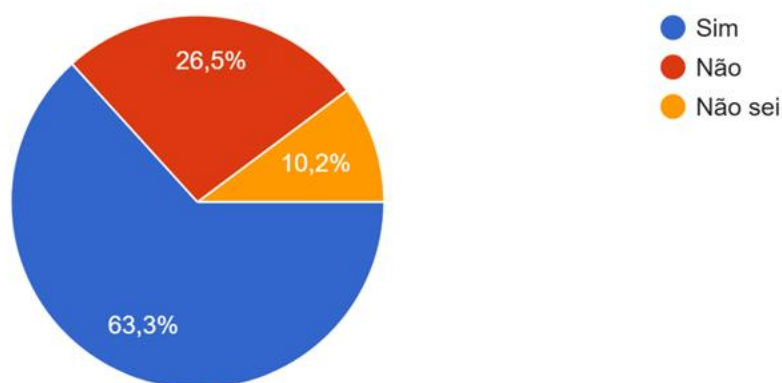




cadastrados não traziam a EA como tema principal. A EA, no ensino, segundo a Política de Gestão de Resíduos Sólidos e Educação Ambiental do IF Baiano, artigo 19, deve ser “desenvolvida como uma prática educativa integrada, transdisciplinar, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal e não formal existentes no IF Baiano” (INSTITUTO FEDERAL BAIANO, 2021).

No entanto, ao apresentar os resultados dos questionários respondidos (56 no total) pelos(as) estudantes da instituição (desde o ensino médio, perpassando pelo subsequente, pela graduação e pelo mestrado), foi possível perceber que a EA esteve presente no ensino, em alguns componentes curriculares (Figura 1), uma vez que 63,3% dos(das) estudantes responderam que já tiveram contato com assuntos relacionados à EA.

Figura 1 – Respostas dos/das estudantes quando perguntados se já tiveram, em alguma aula, assuntos relacionados à Educação Ambiental



Fonte: Autoras (2025).

Os componentes curriculares citados na pesquisa são, em sua maioria, da área técnica (para os cursos técnicos em Agroecologia e Agropecuária) ou disciplinas específicas do curso de Ciências Biológicas. Em relação às disciplinas da propedêutica, foram citadas pelos(as) estudantes apenas a Geografia e a Biologia. A figura 2, abaixo mostra uma ferramenta tecnológica denominada de “nuvem de palavras”, que, de acordo com Pagliarini e Sepel (2022), é um recurso digital que organiza e agrupa palavras com base na frequência com que aparecem em um documento, sendo que as palavras de maior tamanho representam as mais citadas. Logo, é possível inferir, observando a nuvem de palavras abaixo, que os componentes curriculares que trabalharam temas relacionados à EA foram Gestão Ambiental e Geografia, Extensão Rural, Agroecologia, Biologia e Ciências Ambientais, respectivamente. Também foram citados pelos(as) estudantes “projetos” e “palestras que aconteceram no auditório” como ações que abordaram a EA.





Figura 2 – Nuvem de palavras formada pelos componentes curriculares citados pelos (as) estudantes na pesquisa.



Fonte: Autoras (2025), criado com a ferramenta mentimeter.

Para que a EA esteja presente de forma mais efetiva no ensino formal, em todos os níveis de ensino, como preconiza a Lei nº 9.795/1999, segundo a qual a “ educação ambiental deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal” (Brasil, 1999), é necessária uma maior conscientização dos(as) docentes das diversas áreas do conhecimento, assim como a de oferta de formação complementar (capacitação) sobre a EA, seus princípios e objetivos, pois, de acordo com Santos (2021), se percebe que “a forma como se discutem as temáticas das questões ambientais, em sala de aula depende, muitas vezes, das concepções dos/das docentes; sendo esta temática transversal e não obrigatória.”

Nessa perspectiva, a EA fomenta, nos cidadãos e nas cidadãs, o sentimento de pertencimento ao contexto no qual se encontram inseridos. Desta forma, ela deve estar inserida nas esferas sociais, especialmente na educação básica. Uma vez que, ao considerar que as escolas assumem o papel de estimular o senso crítico às pessoas, estas questões podem ser abordadas como uma das estratégias para a sensibilização ambiental (Nascimento; Mendes; Bezerra, 2018).

As práticas ambientais não devem ser abordadas em uma perspectiva isolada, nem somente no componente curricular de Ciências, nem devem restringir-se ao ambiente escolar interno, sendo necessárias intervenções práticas voltadas ao contexto dos alunos (Pereira; Dinardi; Pessano, 2020).

A outra dimensão analisada foi a extensão, que consiste em ensinar e aprender e envolve não somente a academia, mas também a comunidade; os projetos e ações extensionistas visam à construção quando há troca de troca de experiências, conhecimentos e vivências dos





participantes. A Política de Gestão de Resíduos Sólidos e Educação Ambiental (Pirapora) do IF Baiano estabelece que a instituição deve “Estimular a participação em projetos e programas vinculados à educação ambiental formal e não-formal”.

Os Projetos de Extensão analisados datam de 2018 a 2024. De acordo com os dados levantados, foram cadastrados 35 projetos com ações extensionistas voltadas à EA, que perpassam diferentes áreas, desde a agroecologia, a agricultura, a biologia, a educação, a avifauna, as plantas medicinais, a educação do campo até as áreas da saúde e da nutrição (alimentação escolar). Como exemplos temos os projetos de extensão: “Sensibilização Ambiental a partir da observação de aves / projeto Passarilhar” (Silva, 2021), “Jardim sensorial como instrumento de educação ambiental” (Oliveira, 2022) e “Horta agroecológica: Construindo saberes por meio da educação ambiental” (Santos, 2019), entre outros, que trouxeram, em seus objetivos, ações voltadas à EA.

Esses dados demonstram que a EA pode e deve ser trabalhada nas mais diversas áreas do conhecimento, como preconiza a Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.795/1999.

No IF Baiano, a Extensão Profissional, Científica e Tecnológica é definida como:

Processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico, que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos visando ao desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO, 2015).

Ao desenvolver projetos de extensão, Bortoli e Castaman (2020) refletem sobre o despertar para as questões ambientais, bem como sobre a consolidação da formação acadêmica dos estudantes envolvidos e do seu crescimento profissional e pessoal enquanto cidadãos críticos.

Peretiatko *et al.* (2020) também afirmam que, ao trabalhar com EA, em seu viés crítico e a partir da extensão universitária, os resultados são potencializados, além de possibilitarem que os estudantes tenham contato direto com a realidade na qual estão inseridas suas profissões, complementando os saberes em diferentes dimensões.

Em relação aos Projetos de Pesquisa, os dados abrangem o período de 2016 a 2024, tendo sido identificados 58 projetos de pesquisa com temáticas relacionadas à EA. A maioria desses, propostos por docentes da área técnica, principalmente das áreas de Agroecologia e Agropecuária (86,2%). Alguns desses projetos foram “Ciência na Escola: experimentação contextualizada, interdisciplinar e problematizadora do mundo vivido no município” (Santos,





2018); “Territórios Educativos de Campo: diálogo de saberes e convivência com o semiárido” (Souza, 2018) e “Impacto da Irrigação com água residuária sobre o solo” (Santos, 2018). Foi possível perceber que muitos deles estão ligados ao desenvolvimento de pesquisas voltadas ao conhecimento tradicional, às plantas medicinais, ao cultivo agroecológico, à educação do campo, às plantas alimentícias não convencionais, à conservação da avifauna, entre outros.

Nesse sentido, a Política de Gestão de Resíduos Sólidos e Educação Ambiental (Pirapora) do IF Baiano, cita, em seu artigo 22, que a instituição deve “Desenvolver atividades de pesquisa norteadas pelos conceitos e princípios desta política com vistas à redução dos danos, riscos e injustiças ambientais, para fins de soluções sustentáveis nos aspectos locais e regionais” (Instituto Federal Baiano, 2021).

O Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI), de 2014, ainda vigente para o *campus* Serrinha, também foi um dos documentos analisados na presente pesquisa. O PPPI pode ser conceituado como um documento que “cumpre sua função política ao trazer informações e orientações relevantes e norteadoras do planejamento e da avaliação das ações, por meio de uma metodologia participativa de construção e execução das propostas” para a instituição. Nesse caso, a expressão “educação ambiental” foi citada apenas uma vez no documento, quando versa sobre os princípios e diretrizes orientadores da prática pedagógica:

Os princípios orientadores da práxis pedagógica no IF Baiano pautam-se na educação democrática e libertadora, na prática política, no reconhecimento da complexidade do fazer educativo, nos princípios da interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, educação para as relações etnoraciais, **educação ambiental**, inclusão, sustentabilidade, multiculturalidade e igualdade de condições sociais. Compreende-se o ato de educar como direito humano fundamental (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, 2014).

Em outro trecho do PPPI, que trata dos princípios gerais orientadores do processo educativo no IF Baiano, a EA está presente, pois um desses princípios é a “qualificação para o trabalho competente a partir dos conhecimentos científicos e tecnológicos, responsável a partir da consciência ambiental e sustentável” (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, 2014). No entanto, não são observadas orientações relevantes direcionadas à EA, nem à PNEA.

Nesse aspecto, Maciel e Maciel (2022) compreendem a importância dos projetos pedagógicos enquanto instrumentos orientadores das atividades dos cursos técnicos, ressaltando a necessidade de inserir a EA em suas diferentes temáticas. Incluindo também uma integração da sua abordagem entre as disciplinas do núcleo comum e as técnicas, de forma a possibilitar um caráter interdisciplinar.

Baía-Junior *et al.* (2025), ao analisarem a educação ambiental nos cursos de Ensino



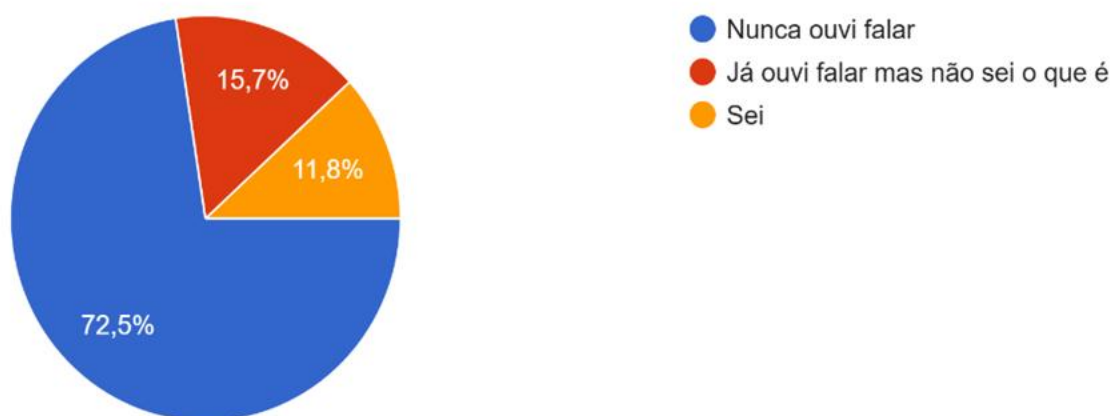


Médio Integrado à Educação Profissional Técnica do IFPA, *campus* Abaetetuba, com ênfase nos PPCs, identificaram uma abordagem incipiente entre os diferentes componentes curriculares, com predomínio de integração entre as discussões de Biologia e Geografia, resultado semelhante ao encontrado nesta pesquisa. Também em relação aos PCCs, um estudo realizado no Instituto Federal de Sergipe (IFS), por Costa *et al.* (2024) mostrou que “as temáticas Sustentabilidade e Educação Ambiental apresentam-se nas ementas nos PPCs dos cursos superiores do Instituto, embora algumas ementas precisem de atualizações que contemplem um tema tão urgente para a sociedade”. Oliveira *et al.* (2025) buscaram investigar a percepção dos docentes no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, e apontam que a capacitação docente continuada “é crucial para superar a percepção de ineficácia das estratégias pedagógicas, dos educadores, e para promover metodologias inovadoras que integrem a EA de forma transversal.”

Dessa forma, propõe-se uma revisão e adaptações significativas no Projeto Político-Pedagógico, buscando incentivar e orientar a inclusão da EA como uma importante aliada na formação de cidadãos(ãs) críticos(as), conscientes e comprometidos(as) com a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

Outro dado importante que reflete a realidade do IF Baiano – *campus* Serrinha refere-se ao desconhecimento da campanha nacional “Junho Verde” pelos(as) discentes, ainda não realizada no *campus*. Como é possível observar na Figura 3, 72,5% dos(as) discentes entrevistados(as) nunca ouviram falar sobre a campanha; somados aos 15,7% que já ouviram falar, mas não sabem especificamente do que se trata, tem-se um alto índice de desconhecimento da campanha “Junho Verde”.

Figura 3 – Respostas dos/das estudantes quando perguntados se ouviram falar sobre a Campanha Nacional “Junho Verde”.



Fonte: Autoras (2025).





A Lei nº 14.393/2022 instituiu a Campanha Junho Verde, que visa à conscientização ambiental, como parte das atividades da educação ambiental não formal e é realizada no mês de junho, período em que também é celebrado o Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho). De acordo com a Lei, “A Campanha Junho Verde será promovida pelo poder público federal, estadual, distrital e municipal em parceria com escolas, universidades, empresas públicas e privadas, igrejas, comércio, entidades da sociedade civil, comunidades tradicionais e populações indígenas [...]” (Brasil, 2019), incluindo ações sobre diversos temas relacionados ao meio ambiente. Nesse sentido, torna-se de fundamental importância a parceria entre o poder público e as instituições de ensino para que haja uma maior divulgação da campanha e, consequentemente, da EA nas escolas.

O *campus* pretende, a partir de 2025, realizar a “Campanha Junho Verde no IF Baiano – *campus* Serrinha”, com duração de uma semana, sendo inicialmente uma ação de um Projeto de Ensino, proposto pelas autoras do artigo. Essa campanha visa discutir a EA e incentivar a conscientização ambiental dos/das estudantes do *campus*, promovendo oficinas de discussão, apresentação de temáticas conectadas ao meio ambiente, exposição de jogos didáticos com abordagens voltadas ao meio ambiente, exibição de documentários relacionados ao tema; exposições fotográficas temáticas, entre outras ações.

O Núcleo Local de Gestão de Resíduos Sólidos e Educação Ambiental (NUGEA) do IF Baiano – *campus* Serrinha também representa uma importante ação para a conscientização da comunidade acadêmica, como, por exemplo, a divulgação de informações relacionadas ao meio ambiente nas redes sociais do instituto e exposições educativas na semana do meio ambiente. O NUGEA foi proposto pela Política de Gestão de Resíduos Sólidos e Educação Ambiental do IF Baiano (Pirapora), que traz, em seu capítulo V, disposições sobre a EA:

Art. 18. No âmbito do IF Baiano, a efetivação da educação ambiental está vinculada a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assegurando-se a capacitação de gestores e de todos os servidores, bem como o desenvolvimento de ações educativas, instrumentos e metodologias, junto à comunidade escolar (Instituto Federal Baiano, 2021).

Observou-se também que outras ações importantes no *campus* envolvem os Grupos de Pesquisa que tratam dessa temática em muitos de seus projetos, como por exemplo o Grupo de Estudos em Educação Ambiental (GEEA), Grupo de estudo em Pesquisa Agropecuária da Caatinga (GEPAC), Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento territorial (LAPRUDES), ações do Núcleo de estudos em agroecologia (NEA Abelmanto) e do Grupo Xerófilas.

Dessa forma, (Conde, 2016) destaca que a Educação Ambiental pode ser um





instrumento usado para sensibilizar a população em geral sobre os problemas ambientais, também nas escolas; no sentido de desenvolver técnicas que conduzam a tomada de consciência sobre a necessidade da preservação ambiental e, que, para tanto, é necessário também preparar os professores na temática ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi analisado na perspectiva de inserção, discussão e aplicação da Educação Ambiental nos projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão no IFBaiano – *campus* Serrinha, foram destacadas considerações a partir das Realidades, Desafios, Percepções e Proposições.

Realidade

A EA, no IF Baiano – *campus* Serrinha, é abordada nos Projetos de Extensão e Pesquisa, principalmente na área de Ciências Agrárias, Ciências Ambientais e Agroecologia. Em relação ao ensino, a EA é trabalhada em alguns componentes curriculares, em todas as modalidades de ensino, no entanto, com mais frequência e em maior quantidade, nas disciplinas da área técnica. Existem outras ações que estimulam a EA no *campus*, como, por exemplo, grupos de pesquisa, Núcleo de Agroecologia e NUGEA.

Desafios

Um dos grandes desafios é trabalhar a EA de forma interdisciplinar, inserindo, também, nessa discussão, as disciplinas da área do currículo comum do Ensino Médio. Deve-se, ainda, considerar a abordagem da EA na perspectiva do contexto local, valorizando as especificidades do território, na perspectiva do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, bem como ampliar a publicização das informações e dos resultados obtidos para as comunidades interna e externa, além de espaços acadêmicos.

Proposições

A partir da análise dos dados, é possível propor algumas ações para incentivar a EA no IF Baiano – *campus* Serrinha, como a capacitação da equipe docente, para que possa trabalhar em sala de aula com temas relacionados ao meio ambiente; a revisão e as possíveis adaptações no PPPI, a proposição das atividades mais dinâmicas e interativas na perspectiva do ensino; e a institucionalização da “Campanha Junho Verde no IF Baiano – *campus* Serrinha”, como um evento anual que envolva todos os componentes curriculares.

Diante deste estudo, foi possível refletir acerca de como a EA é concebida e percebida no contexto do IF Baiano – *campus* Serrinha, apontando caminhos para que seja fortalecida para além do ensino em disciplinas técnicas.





AGRADECIMENTOS

Ao IF Baiano por conceder a bolsa para a estudante e incentivar a iniciação científica por meio do Edital 52/2024 e à gestão do *campus* Serrinha pela sensibilidade da escuta e pela colaboração.

REFERÊNCIAS

- BAÍIA-JÚNIOR, Pedro Chaves *et al.* A Educação Ambiental nos cursos de educação profissional: um estudo em Abaetetuba (PA). **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 33-49, 2025. DOI: <https://doi.org/10.34024/revbea.2025.v20.20024>.
- BORTOLI, Lis Ângela de; CASTAMAN, Ana Sara. Educação ambiental em Projeto de Extensão: contribuição na formação de bolsistas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 17, n. 1, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.17.16909.017>.
- BRASIL. **Lei nº 14.393**, de 4 de julho de 2022. Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, para instituir a Campanha Junho Verde. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14393.htm. Acesso em: 16 dez. 2024.
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 abr. 1999.
- CARVALHO, Luiz Marcelo. Políticas públicas em educação ambiental no contexto da Conferência Nacional de Educação: CONAE 2010. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.], v. especial, 2010, p. 3-37. DOI: <https://doi.org/10.14295/remea.v0i0.3392>.
- CONDE, Ivo Batista. **Educação ambiental na escola**. Fortaleza: EdUECE, 2016.
- CORREIA, Suellen Jane; POLETO, Rodrigo de. A Educação Ambiental e seus Desafios: um olhar acerca das escolas municipais de São Sebastião da Amoreira – PR. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 1–18, 2020. DOI: <https://doi.org/10.47401/revisa.v7i2.14685>.
- COSTA, José Sérgio Filgueiras *et al.* Sustainable pathways in education: a journey towards the integration of environmental education into pedagogical projects of the Instituto Federal de Sergipe (IFS). **Revista de Gestão Social e Ambiental**, [S. l.], v. 18, n. 11, p. 1-19, 2024. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/da2a5aa26d05ddfc9646e9b7c3aba47f/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2031968>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- GUERRA, Avaetê de Lunetta e Rodrigues *et al.* Pesquisa qualitativa e seus fundamentos na investigação científica. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 15, n. 7, p. e4019, 2024. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v15i7.4019>.
- INSTITUTO FEDERAL BAIANO. **Resolução Nº 130/2021**: aprova a política de Gestão de Resíduos Sólidos e Educação Ambiental (Pirapora) do IF Baiano. Salvador, BA: IF Baiano, 2021. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2021/06/Resolucao-130.2021-com-anexo.pdf>. Acesso em: 02. jun. 2025.





INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019**. Salvador, 2015. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/pos-eja-santa-ines/wp-content/uploads/sites/99/2020/07/Plano-de-Desenvolvimento-Institucional-2015-2019.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. **Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI)**. Salvador, 2014. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/santaines/files/2013/06/PPPI-PROJETO-POLITICO-PEDAGOGICO-INSTITUCIONAL2.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2025.

MACIEL, Harine Matos; MACIEL, Wlisses Matos. A educação ambiental no instituto federal do Ceará: Environmental education at the federal institute of Ceará. **Studies in Education Sciences**, Fortaleza, v. 3, n. 2, p. 941-951, 2022. DOI: <https://doi.org/10.54019/sesv3n2-032>.

MOTA, Helenadja Santos; CARVALHO, Eder Aparecido de; MELO, Nildo Aparecido de. A pesquisa em educação ambiental nos Institutos Federais: um panorama dos trabalhos apresentados nos ENPECS (2013 a 2017). In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO, 3., 2018, Criciúma, SC. **Anais [...]**, Criciúma, SC: UNESC, 2018.

NASCIMENTO, Priscila Thais Bezerra; MENDES, Tamires Gabryele Lima; BEZERRA, Jaelson Melo. Educação Ambiental e projetos interdisciplinares: um olhar sob os anos finais do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, [S. l.], v. 2, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.revistabrasileirademeioambiente.com/index.php/RVBMA/article/view/56>. Acesso em: 4 jun. 2025.

OLIVEIRA, Ariana Reis Messias Fernandes de. (Coord.). **Projeto de Extensão: Jardim sensorial como instrumento de Educação Ambiental**. Aprovado no Edital de Extensão n. 63/2022. PROEX/CPPEX/IFBAIANO, do Programa Institucional de bolsas de Iniciação em Extensão - PIBIEX Modalidade Junior. Salvador, IF Baiano, 2022.

OLIVEIRA, José Aparecido de *et al.* A percepção dos educadores sobre a importância da educação ambiental na formação técnica em um Instituto Federal de Minas Gerais. **LUMEN ET VIRTUS**, Belo Horizonte, v. 16, n. 51, p. e7222-e7222, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/levv16n51-020>.

PAGLIARINI, Daiane Schio; SEPEL, Lenira Maria Nunes. Uso de nuvem de palavras como estratégia para o ensino do reino fungi no ensino médio. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 01-13, jul./set. 2022. Disponível em: <https://revistapos.cruzeirosul.edu.br/revista/article/view/3483/1804>. Acesso em: 12 mai. 2025.

PEREIRA, Karina Braccini; DINARDI, Ailton Jesus; PESSANO, Edward Castro. A abordagem da Educação Ambiental em um Projeto Pedagógico de um Curso de Ciências da Natureza. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 8, p. e101985200-e101985200, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5200>.

PERETIATKO, Jocimara *et al.* Contribuições da Extensão Universitária para a formação acadêmica a partir de um projeto de Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 417-427, 2020. DOI: <https://doi.org/10.36661/2358-0399.2020v11i3.11457>.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade *et al.* Indicadores de monitoramento e avaliação de projetos e políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil. **AmbientalMente sustentável**. *Revista científica galego-lusófina de Edcación Ambiental*. ISSM: 1887-2417.





DOI: <https://doi.org/10.17979/ams.2017.23-24.1.3364>.

SANTOS, Delfran Batista dos. (Coord.). **Projeto de pesquisa:** Impacto da irrigação com água residuária sobre o solo. Aprovado no Edital de Pesquisa n. 02/2018. PIBIC/IFBAIANO, Programa de bolsas de Iniciação científica - PIBIC Modalidade ensino médio, Salvador, IF Baiano, 2018.

SANTOS, Laudenides Pontes do. A Educação ambiental nos cursos de ensino médio integrado do Instituto Federal do Piauí - *Campus* Teresina Central. **Form@re - Revista do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica**. Universidade Federal do Piauí, Teresina, v. 9, n. 1, jan. / jun. 2021. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/836864244/EDUCACAO-AMBIENTAL-NOS-CURSOS-DE-ENSINO-MEDIO-INTEGRADO-DO-INSTITUTO-FEDERAL-DO-PIAU>. Acesso em: 12 mai. 2025.

SANTOS, Maria Auxiliadora Freitas dos. (Coord.). **Projeto de pesquisa:** Ciência na escola: experimentação contextualizada interdisciplinar e problematizadora do mundo vivido no município de Serrinha - Ba. Aprovado no Edital de Pesquisa n. 02/2018. PROPES/PIBIC/IFBAIANO, Programa de bolsas de Iniciação Científica, Salvador, IF Baiano, 2018.

SANTOS, Maria Auxiliadora Freitas dos. (Coord.). **Projeto de extensão contínuo:** Horta Agroecológica: construindo saberes por meio da educação ambiental. Aprovado no Edital de Extensão de fluxo contínuo. PROEX/CPPEX/IF BAIANO fluxo contínuo de cadastro das ações de extensão. Serrinha, IF Baiano, 2019.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, Ano 1, n.1, Jul., 2009. DOI: <https://doi.org/10.63595/rbhes.v1i1.10351>.

SILVA, Jose Alexandre da. (Coord.). **Projeto de Extensão:** Sensibilização ambiental a partir da observação de aves / Projeto Passarilhar. Aprovado no Edital de Extensão n. 81/2021. PROEX/CPPEX/IFBAIANO, do Programa Institucional de bolsas de Iniciação em Extensão - PIBIEX Modalidade superior, IF Baiano, 2022.

SOUZA, Heron Ferreira. (Coord.). **Projeto de pesquisa:** Territórios Educativos de Campo: diálogos de saberes e convivência com o semiárido. Aprovado no Edital de Pesquisa n. 01/2018. PROPES/PIBIC/IFBAIANO, Programa de bolsas de Iniciação Científica, Salvador, IF Baiano, 2018.



Informações do Artigo	Article Information
Recebido em: 25/06/2025 Aceito em: 20/12/2025 Publicado em: 22/12/2025	Received on: 2025/06/25 Accepted in: 2025/12/20 Published on: 2025/12/22
Contribuições de Autoria <u>Resumo:</u> Ariana Reis Messias Fernandes de Oliveira, Maria Auxiliadora Freitas dos Santos, Leilane Rodrigues Oliveira, Maiele Almeida Melo, Rudmily dos Anjos Oliveira; <u>Introdução:</u> Leilane Rodrigues Oliveira, Maiele Almeida Melo, Rudmily dos Anjos Oliveira; <u>Referencial teórico:</u> Leilane Rodrigues Oliveira, Maiele Almeida Melo, Rudmily dos Anjos Oliveira; <u>Análise de dados:</u> Ariana Reis Messias Fernandes de Oliveira, Maria Auxiliadora Freitas dos Santos; <u>Discussão dos resultados:</u> Ariana Reis Messias Fernandes de Oliveira, Maria Auxiliadora Freitas dos Santos; <u>Conclusão:</u> Leilane Rodrigues Oliveira, Maiele Almeida Melo, Rudmily dos Anjos Oliveira <u>Referências:</u> Ariana Reis Messias Fernandes de Oliveira, Maria Auxiliadora Freitas dos Santos, Leilane Rodrigues Oliveira, Maiele Almeida Melo, Rudmily dos Anjos Oliveira; <u>Revisão do manuscrito:</u> Leandro Figueiredo Nunes; <u>Aprovação da versão final publicada:</u> Ariana Reis Messias Fernandes de Oliveira, Maria Auxiliadora Freitas dos Santos, Leilane Rodrigues Oliveira, Maiele Almeida Melo, Rudmily dos Anjos Oliveira.	Author Contributions <u>Abstract/Resumen:</u> Ariana Reis Messias Fernandes de Oliveira, Maria Auxiliadora Freitas dos Santos, Leilane Rodrigues Oliveira, Maiele Almeida Melo, Rudmily dos Anjos Oliveira; <u>Introduction:</u> Leilane Rodrigues Oliveira, Maiele Almeida Melo, Rudmily dos Anjos Oliveira; <u>Theoretical reference:</u> Leilane Rodrigues Oliveira, Maiele Almeida Melo, Rudmily dos Anjos Oliveira; <u>Data analysis:</u> Ariana Reis Messias Fernandes de Oliveira, Maria Auxiliadora Freitas dos Santos; <u>Discussion of results:</u> Ariana Reis Messias Fernandes de Oliveira, Maria Auxiliadora Freitas dos Santos; <u>Conclusion:</u> Leilane Rodrigues Oliveira, Maiele Almeida Melo, Rudmily dos Anjos Oliveira <u>References:</u> Ariana Reis Messias Fernandes de Oliveira, Maria Auxiliadora Freitas dos Santos, Leilane Rodrigues Oliveira, Maiele Almeida Melo, Rudmily dos Anjos Oliveira <u>Manuscript review:</u> Leandro Figueiredo Nunes <u>Aprovação da versão final publicada:</u> Ariana Reis Messias Fernandes de Oliveira, Maria Auxiliadora Freitas dos Santos, Leilane Rodrigues Oliveira, Maiele Almeida Melo, Rudmily dos Anjos Oliveira.
Conflitos de Interesse As autoras declaram não haver nenhum conflito de interesse de ordem pessoal, comercial, acadêmico, político e financeiro referente a este manuscrito.	Interest conflicts The authors declare that there is no personal, commercial, academic, political or financial conflict of interest regarding this manuscript.
Como Citar este artigo - ABNT OLIVEIRA, Ariana Reis Messias Fernandes de <i>et al.</i> . Educação Ambiental no/do IF Baiano campus Serrinha: realidade, desafios e proposições. Revista Macambira , Serrinha (BA), v. 9, n. 1, e091029, jan./dez., 2025. https://doi.org/10.35642/rm.v9i1.1664 .	How to cite this article - ABNT OLIVEIRA, Ariana Reis Messias Fernandes de <i>et al.</i> . Environmental Education in the IF Baiano Serrinha campus: reality, challenges and proposals. Revista Macambira , Serrinha (BA), v. 9, n. 1, e091029, jan./dez., 2025. https://doi.org/10.35642/rm.v9i1.1664 .
Licença de Uso A Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, mesmo que comercialmente, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.	Use license The Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License (CC BY 4.0). This license allows sharing, copying, redistributing the manuscript in any medium or format. In addition, it allows adapting, remixing, transforming and building on the material, even commercially, as long as due credit for authorship and initial publication in this journal is attributed.